



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores(as),

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, Relatório dos Auditores Independentes da **Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**, bem como as notas explicativas correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

A companhia agradece aos investidores e colaboradores pelo seu apoio e confiança depositados, e em especial a seus funcionários pela dedicação e esforços empreendidos.

São Paulo/SP, 24 de julho de 2023.

A Diretoria

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente nº 237LB-046-PB

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da
Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 7.474.181, endividamento tributário de R\$ 1.159.138 (R\$ 1.698.097 no consolidado), endividamento com empréstimos de R\$ 626.394 (R\$ 1.086.288 no consolidado), capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 172.965. Fatos estes que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional. A Companhia está adotando medidas visando a reversão desta situação com objetivo e ao sucesso de suas operações futuras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfases

Investimento da SPE Nascenti S.A.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 e apresentado na Demonstração do resultado, chamamos atenção para o fato de a SPE Nascenti S.A. não ter apurado receita com a prestação de serviços em 2022 originária da administração do Fundo Nascenti, sendo que tal fundo entrou em fase de desinvestimento e a última receita contabilizada foi em janeiro de 2020. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A., controladora da SPE Nascenti S.A., garantirá a continuidade das operações por meio de aportes de recursos. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Títulos e valores mobiliários

Chamamos a atenção para os assuntos a seguir que são relevantes no contexto da auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, quanto ao saldo de "Títulos e valores mobiliários", demonstrados na Nota Explicativa nº 9. Nossa opinião não contém ressalva sobre estes assuntos.

i) Aerotec – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Liquidez dos investimentos: Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, quanto ao fato do Fundo possuir investimentos em ativos que não possuem cotação em bolsa ou liquidez, sendo o valor justo dos mesmos obtido por meio de modelos matemáticos e premissas de negócio e econômicas. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser significativamente diferente quando da sua efetiva realização financeira, com o consequente impacto nas cotas do Fundo.

ii) Aerotec – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Investimento na Entalpia Participações S.A.: Conforme Nota Explicativa nº 5, o Fundo possui investimento em ações da Entalpia Participações S.A. (“Companhia” ou “Unicoba”), no montante de R\$ 87.000 mil, que representam 49,80%, de seu patrimônio líquido. O relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Entalpia Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi emitido com as seguintes ressalvas: **(i)** não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) de contrato de empréstimo e financiamento com instituição financeira através de sua subsidiária Unicoba da Amazônia S.A. e não obteve o waiver da instituição financeira até 31 de dezembro de 2022, data base das demonstrações contábeis em referência. A Companhia obteve, com a instituição financeira na data de 27 de março de 2023, o referido waiver relativo ao período de verificação encerrado de 2022 e, portanto, antes da autorização das demonstrações contábeis. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando que a Companhia não detinha, em 31 de dezembro de 2022, o direito incondicional de postergar, em até 12 meses, a liquidação dessa obrigação registrada no balanço patrimonial no valor de R\$ 24.774 mil, este montante classificado no passivo não circulante, deveria ter sido integralmente classificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022 está subavaliado em R\$ 24.774 mil e o passivo não circulante está apresentado a maior pelo mesmo montante; e **(ii)** a Companhia, através de suas subsidiárias Unicoba da Amazônia S.A. e Unicoba Componentes Eletrônicos S.A., adquiriu cotas subordinadas da instituição UCB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”) que, por sua vez, tem como objetivo a aquisição de direitos decorrentes de relações mercantis realizadas entre estas subsidiárias e seus clientes.

Com base na avaliação da estruturação do fundo, bem como nos preceitos das normas contábeis vigentes, a Companhia manteve os riscos e reteve o controle na cessão dos recebíveis. Desta forma, não poderia desreconhecer, de suas demonstrações contábeis, os ativos anteriormente cedidos ao fundo. Adicionalmente, a Companhia deveria consolidar o FIDC em suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o CPC 36, uma vez possui poder sobre o FIDC, exposição, ou direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com o FIDC e capacidade de usar seu poder sobre o FIDC para afetar o valor dos retornos do investidor. Desta forma, em relação às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante, o passivo circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 55.029 mil, R\$ 81 mil e R\$ 50.476 mil, respectivamente. O ativo não circulante e o prejuízo do exercício estão superavaliados em R\$ 4.602 mil e R\$ 130 mil, respectivamente.

iii) Confrapar GP Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior

Base para opinião com ressalva: Conforme Nota Explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2022 o Fundo possuía investimento em cotas no Fundo de Investimento em Participações Avanti Multiestratégia (“Fundo investido”) no montante de R\$ 20.303 mil (R\$ 12.964 mil em 2021), correspondentes a 66,88% (51,15% em 2021) do seu patrimônio líquido. O Fundo investido detinha investimento em ações da Fielo Technologies Brasil S.A. no montante de R\$ 76.484 mil que correspondem a 27,21% do seu patrimônio líquido em 31 de julho de 2022. Este investimento foi avaliado a valor justo com base em laudo de avaliação preparado por terceiro, utilizando como data base 31 de maio de 2022. Baseados no resultado da análise em conjunto com os especialistas do auditor do Fundo investido, para avaliação da razoabilidade da metodologia, premissas e acurácia matemática do respectivo laudo e considerando as diferenças encontradas, o valor estimado pelos analistas apresenta inconsistências com os cálculos comparativos do auditor, para a data base da avaliação. O montante do ajuste no valor justo identificado decorrente do impacto é de R\$ 43.138 mil, o qual não foi efetuado em 31 de julho de 2022. Desta forma, nesta data o ativo, o patrimônio líquido e o resultado do exercício do Fundo investido se encontram superavaliados em R\$ 43.138 mil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2022, o ativo, o patrimônio líquido e o resultado do exercício do Fundo se encontram superavaliados em R\$ 3.200 mil.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC MG-015.704/F-3



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	828.976	1.325.704	1.000.322	1.572.682
Contas a receber de clientes	5	126.250	191.777	126.250	472.287
Impostos e contribuições a recuperar	6	170.205	143.737	212.233	304.391
Adiantamentos a terceiros	-	6.580	5.500	8.580	27.789
Partes relacionadas	7	-	-	926.409	949
Outros ativos	8	11.945	37.122	22.961	61.975
Total do ativo circulante		1.143.956	1.703.840	2.296.755	2.440.073
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	9	12.861.364	12.138.477	13.364.612	12.697.568
Depósitos judiciais	25	-	-	19.352	14.497
Partes relacionadas	7	127.502	-	-	85
Investimentos	10	689.745	1.190.388	71.981	30.157
Imobilizado	11	66.937	66.167	66.937	86.234
Total do ativo não circulante		13.745.548	13.395.032	13.522.882	12.828.541
Total do ativo		14.889.504	15.098.872	15.819.637	15.268.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante					
Fornecedores	-	11.704	27.307	11.702	125.823
Empréstimos	12	432.385	548.520	614.847	771.964
Obrigações sociais e trabalhistas	13	168.196	375.555	172.559	556.507
Obrigações fiscais e tributárias	14	704.636	998.491	885.772	1.390.012
Outras obrigações	-	-	-	-	51.803
Total do passivo circulante		1.316.921	1.949.873	1.684.880	2.896.109
Passivo não circulante					
Empréstimos	12	194.009	622.911	471.441	1.023.015
Obrigações fiscais e tributárias	14	454.502	690.489	812.325	1.146.451
Partes relacionadas	7	79.548	1.670.960	-	6.000
Provisão para perdas com investimento	10	-	14.642	-	-
Outros passivos	15	3.000.907	307.251	3.000.907	307.251
Total do passivo não circulante		3.728.966	3.306.253	4.284.673	2.482.717
Patrimônio líquido					
	16				
Capital social subscrito	16 a)	16.591.754	14.737.237	16.591.754	14.737.237
(-) Capital a integralizar	16 a)	(748.433)	(747.026)	(748.433)	(747.026)
Ações em tesouraria	16 c)	(162.010)	(162.010)	(162.010)	(162.010)
Stock options	16 b)	1.636.487	1.636.487	1.636.487	1.636.487
Prejuízos acumulados	-	(7.474.181)	(5.621.942)	(7.474.181)	(5.621.942)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		9.843.617	9.842.746	9.843.617	9.842.746
Total do patrimônio líquido atribuído aos não controladores					
		-	-	6.467	47.042
Total do passivo e patrimônio líquido		14.889.504	15.098.872	15.819.637	15.268.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	1.102.382	2.016.920	1.193.882	6.497.900
(-) Custos dos serviços prestados	18	(1.088.221)	(1.588.789)	(1.142.034)	(2.837.030)
Lucro bruto		14.161	428.131	51.848	3.660.870
Outras receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	19	(1.313.684)	(1.258.192)	(1.351.681)	(2.243.181)
Despesas tributárias	-	(93.637)	(204.094)	(97.982)	(281.401)
Resultado líquido dos investimentos	21	-	(218.854)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial de investimentos	10	(36.782)	2.410.555	15.898	
Resultado líquido dos títulos e valores mobiliários	22	459.223	6.636	344.091	(215.278)
Outras (despesas) receitas operacionais	20	(320.619)	(238.353)	(121.353)	2.292.231
Total das outras receitas (despesas) operacionais		(1.305.499)	497.698	(1.211.027)	(447.629)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(1.291.338)	925.829	(1.159.179)	3.213.241
Resultado financeiro líquido	23	(560.901)	(1.377.278)	(684.357)	(1.589.936)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.852.239)	(451.449)	(1.843.536)	1.623.305
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	-	-	(10.400)	(251.912)
Resultado do exercício		(1.852.239)	(451.449)	(1.853.936)	1.371.393
Resultado atribuído aos controladores		-	-	(1.852.239)	(451.449)
Resultado atribuído aos não controladores		-	-	(1.697)	1.822.842

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	(1.852.239)	(451.449)	(1.853.936)	1.371.393
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.852.239)</u>	<u>(451.449)</u>	<u>(1.853.936)</u>	<u>1.371.393</u>
Resultado atribuído aos controladores	-	-	(1.852.239)	(451.449)
Resultado atribuído aos não controladores	-	-	(1.697)	1.822.842

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Stock options</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>	<u>Participações dos não controladores</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		13.647.001	(589.708)	(162.010)	1.636.487	(5.170.493)	9.361.277	126.475	9.487.752
Aumento de capital	16 a)	1.090.236	(157.318)	-	-	-	932.918	-	932.918
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(451.449)	(451.449)	1.822.842	1.371.393
Distribuição de dividendos	16 d)	-	-	-	-	-	-	(1.831.352)	(1.831.352)
Ajustes reflexos em controladas	16 e)	-	-	-	-	-	-	(70.923)	(70.923)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		14.737.237	(747.026)	(162.010)	1.636.487	(5.621.942)	9.842.746	47.042	9.889.788
Aumento de capital	16 a)	1.854.517	(1.407)	-	-	-	1.853.110	-	1.853.110
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.852.239)	(1.852.239)	(1.697)	(1.853.936)
Ajustes reflexos em controladas	16 e)	-	-	-	-	-	-	(38.878)	(38.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>16.591.754</u>	<u>(748.433)</u>	<u>(162.010)</u>	<u>1.636.487</u>	<u>(7.474.181)</u>	<u>9.843.617</u>	<u>6.467</u>	<u>9.850.084</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício	-	(1.852.239)	(451.449)	(1.853.936)	1.371.393
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas (aplicada nas) atividades operacionais					
Depreciação e amortização	11	17.639	23.290	17.846	30.725
Baixas de ativo imobilizado	11	-	-	19.860	-
Baixa de recebíveis de partes relacionadas	7	-	46.933	-	46.933
Valorização de outros títulos patrimoniais	10	(35.633)	(6.202)	(25.926)	253.348
Valorização de títulos e valores mobiliários, líquido	9	(459.222)	31.434	(344.091)	(7.654)
Perdas (ganhos) estimados com investimentos	10	484.852	218.854	-	-
Resultado de equivalência patrimonial de investimentos	10	36.782	(2.410.555)	(15.898)	-
Ajustes reflexos em controladas	-	-	-	(38.878)	(70.923)
Juros de empréstimos	12	577.248	6.551	679.427	(4.303)
Mudanças nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes	5	65.527	(6.480)	346.037	(152.581)
Impostos e contribuições a recuperar	6	(26.468)	100.558	92.158	146.591
Adiantamentos a terceiros	-	(1.080)	500	19.209	(18.598)
Outros ativos	8	25.177	4.662	34.159	(19.741)
Fornecedores	-	(15.603)	(10.323)	(114.121)	74.775
Obrigações sociais e trabalhistas	13	(207.359)	(12.403)	(383.948)	105.140
Obrigações fiscais e tributárias	14	(529.842)	(469.612)	(838.366)	(1.115.726)
Outras obrigações	-	-	-	(51.803)	(566.953)
Outros passivos	15	2.693.656	242.251	2.693.656	242.251
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		773.435	(2.691.991)	235.385	314.677
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de cotas de títulos e valores mobiliários	9	(568.955)	(949.056)	(628.243)	(1.035.256)
Cessão e transferência de cotas de títulos e valores mobiliários	9	305.290	1.440.594	305.290	1.440.594
Dividendos oriundos da participação	10	-	1.831.352	-	-
Aquisição de imobilizado	11	(18.409)	-	(18.409)	(5.091)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(282.074)	2.322.890	(341.362)	400.247
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Partes relacionadas	7	(1.718.914)	164.863	(931.375)	(9.081)
Empréstimos obtidos	12	-	758.974	-	1.561.291
Amortização de empréstimos	12	(1.122.285)	(1.244.026)	(1.388.118)	(1.578.607)
Integralização de capital	16 a)	1.854.517	1.090.236	1.854.517	1.090.236
Subscrição de capital	16 a)	(1.407)	(157.318)	(1.407)	(157.318)
Distribuição de dividendos	16 d)	-	-	-	(1.831.352)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(988.089)	612.729	(466.383)	(924.831)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa					
		(496.728)	243.628	(572.360)	(209.907)
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	1.325.704	1.082.076	1.572.682	1.782.589
No final do exercício	4	828.976	1.325.704	1.000.322	1.572.682
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa					
		(496.728)	243.628	(572.360)	(209.907)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, cujos atos constitutivos foram aprovados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 16 de maio de 2005, tendo como objetivo e atividade econômica a administração e gestão de fundos de investimentos regulados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia tem sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 1098, conjunto 95, bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04542-001.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresentou prejuízos acumulados no montante de R\$ 7.474.181, endividamento tributário de R\$ 1.159.138 (R\$ 1.698.097 no consolidado), endividamento com empréstimos de R\$ 626.394 (R\$ 1.086.288 no consolidado), capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 172.965 (R\$ 611.875 de capital circulante líquido positivo no consolidado).

A natureza das atividades de administração e gestão de fundos de investimentos é de longa maturação. A Companhia faz a gestão de recursos de terceiros (*family offices*, *corporate ventures*, *fund of funds*, bancos, agências de fomento e investidores profissionais), além de seu próprio, em fundos que tem duração entre oito e doze anos com o objetivo de investir em companhias de grande potencial de crescimento do setor de tecnologia.

Para a consecução dos objetivos foram desenvolvidos e são aplicados: **(i)** metodologia de avaliação para selecionar as companhias alvo com maior potencial de crescimento de seus ativos, **(ii)** políticas de governança e *compliance* de forma a garantir os interesses dos investidores e altos padrões de qualidade de gestão nas companhias alvo, e **(iii)** metodologia de acompanhamento ativo das companhias alvo, visando ajudar no processo de crescimento destas.

Dentro do portfólio busca-se a performance das companhias investidas. Com a maturação e venda desses ativos, busca-se o retorno para o capital investido nos fundos, finalizando o ciclo de negócio da companhia com o potencial recebimento da taxa de performance nos fundos geridos.

A Companhia exerceu, em 2022, as atividades de gestão dos fundos: Fundo de Investimento em Participações Avanti ("Fundo Avanti"), do Confrapar GP Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP GP I"), Confrapar GP II Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP GP II"), Confrapar K I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP K I"), Confrapar K II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP K II"), Confrapar K III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP K III") e Confrapar K IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP K IV").

1.1. Fundo Avanti

O Fundo Avanti é um Fundo tipo 1, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores qualificados e constituído sob a forma de condomínio fechado, objetivando proporcionar aos seus Cotistas a valorização do capital investido no longo prazo, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo, conforme admitido na Instrução CVM 578 e demais regulamentações aplicáveis.

1.2. FIP GP I

O FIP GP I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e de emissão de FIs Investidos, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.3. FIP GP II

O FIP GP II é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e de emissão de FIs Investidos, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.4. FIP K I

O FIP K I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.5. FIP K II

O FIP K II é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.6. FIP K III

O FIP K III é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.7. FIP K IV

O FIP K IV foi um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior. O FIP K IV foi encerrado em 28 de dezembro de 2022 e liquidado em 12 de janeiro de 2023.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a) Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes coligadas e controladas, cuja participação percentual na data base do balanço é assim resumida:

Investida	% de participação	
	31/12/2022	31/12/2021
Controladas		
SPE Nascenti S.A.	99,42%	99,42%
SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.	97,99%	97,99%
Coligadas		
Via 6 S.A.	10,45%	10,45%

As informações financeiras incluem as demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados:

- Eliminação dos investimentos em companhias controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais;
- Os lucros provenientes de operações realizadas entre as companhias consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados;

- iii) Os investimentos são representados por participação em companhias controladas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência do percentual de participação da controladora nas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada; e
- iv) A Companhia determina anualmente se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 24 de julho de 2023.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

f) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

b) Contas a receber de clientes

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias, quando contratadas, e ajustados a valor presente, quando necessário, conforme legislação aplicável.

c) Investimentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia mantém o controle acionário, detalhadas na Nota Explicativa nº 2.1.

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações contábeis da controladora.

A participação societária nas controladas e coligada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

d) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado.

e) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal, contratual ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

f) Tributação sobre a renda

A Companhia e suas controladas são optantes pelo lucro real como regime de tributação. O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente: 15% (quinze por cento), acrescido de 10% (dez por cento) sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9% (nove por cento).

g) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldo de contas a receber de clientes, receita de venda e credores diversos, e considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e a liquidação por parte do cliente, e dos valores a pagar às Companhias, os valores foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

i) Reconhecimento da receita

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação; e
- A alocação do preço da transação.

O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa e sua controlada tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

A receita de vendas de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado;
- A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e
- As despesas incorridas ou a serem incorridas relacionadas à transação podem ser mensuradas com confiabilidade.

j) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

Quando existentes, a Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando as entidades da Companhia transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na realização das obrigações de curto prazo.

iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o custo do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

iv) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

v) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. As entidades da Companhia baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

As entidades da Companhia classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar.

k) Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e na destinação do resultado do exercício em decorrência de tal decisão.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração da Companhia e suas controladas se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

3. Normas a entrar em vigor a partir de 2023

Listamos a seguir as normas que tiveram início a partir de 1º de janeiro de 2022:

- IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: as alterações especificam quais custos as empresas devem incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (ex.: custo de mão de obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato);
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); e
- Referência à estrutura conceitual: (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

A Companhia avaliou as alterações e não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022. As normas a seguir terão seu início a partir de 1º janeiro de 2023 e não se espera que estas normas novas e alteradas tenham algum impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representam os saldos em depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1	83.795	2.973	236.367
Aplicações financeiras (*)	828.975	1.241.909	997.349	1.336.315
Total	828.976	1.325.704	1.000.322	1.572.682

(*) As aplicações financeiras dos exercícios de 2022 e 2021 estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está entre 5% e 110%, a depender do prazo em que os valores permanecem aplicados, atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, e possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundo Avanti	126.250	191.777	126.250	191.777
Outros recebíveis	-	-	-	280.510
Total	126.250	191.777	126.250	472.287

A composição dos saldos por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a vencer	126.250	-	126.250	200.543
Valores vencidos				
De 01 a 30 dias	-	-	-	67.838
De 31 a 60 dias	-	-	-	6.504
De 61 a 90 dias	-	-	-	3.200
De 91 a 180 dias	-	-	-	-
Acima de 180 dias	-	191.777	-	194.202
Total	126.250	191.777	126.250	472.287

6. Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas com base em análises e projeções orçamentárias não prevê riscos de não realização desses créditos tributários no decorrer de suas operações.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF sobre serviços a recuperar	50.468	50.468	50.468	124.642
CSLL a recuperar	27.827	27.827	28.956	74.911
ISS a recuperar	25.433	25.433	27.126	27.126
INSS a recuperar	17.045	17.045	29.032	20.061
IRRF de aplicações financeiras	47.500	19.307	47.716	19.620
IPTU a recuperar	-	1.585	-	1.585
Tributos pagos a maior	1.932	2.060	8.485	8.605
Cofins a recuperar	-	-	-	5.993
PIS a recuperar	-	12	-	1.397
Outros impostos a recuperar	-	-	20.450	20.451
Total	170.205	143.737	212.233	304.391

7. Partes relacionadas

Os saldos e as transações que a Companhia e suas controladas efetuaram com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão sumarizados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo:				
SPE Confrapar (a)	127.502	-	-	-
Rodrigo Esteves	-	-	61.490	361
Thiago Domenici	-	-	366.472	133
Carlos Eduardo Guillaume	-	-	371.311	132
Alex Alves	-	-	14	14
Luísa Pinto Coelho	-	-	126.768	40
Rodrigo Bem Toledo	-	-	134	134
Carlos Moreno	-	-	220	220
Total	127.502	-	926.409	1.034
Circulante	-	-	926.409	949
Não circulante	127.502	-	-	85

- (a) O saldo com a SPE Confrapar decore de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contrato de mútuo celebrado entre as partes relacionadas, celebrado em 02 de janeiro de 2022, sem juros e sem incidência de IOF, não quitado até 31 de dezembro de 2022.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo:				
SPE Confrapar (b)	-	1.570.412	-	-
SPE Nascenti (c)	79.548	100.548	-	-
Damasceno	-	-	-	6.000
Total	79.548	1.670.960	-	6.000

- (b) O saldo a pagar para a SPE Confrapar decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contratos de mútuos celebrados entre as partes relacionadas, celebrados em: (i) 02 de janeiro de 2015, com vencimento em 30 de junho de 2016, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em duas parcelas até 31 de janeiro de 2016; (ii) 04 de janeiro de 2016, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em quatorze parcelas até 30 de setembro de 2017; (iii) 02 de janeiro de 2017, com vencimento em 31 de dezembro de 2018, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em dez parcelas até 31 de dezembro de 2018; (iv) 02 de janeiro de 2018, com vencimento em 31 de dezembro de 2022, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em vinte e quatro parcelas até 02 de setembro de 2021; (v) 02 de janeiro de 2019, com vencimento em 30 de junho de 2020, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em três parcelas até 30 de março de 2020; (vi) 02 de janeiro de 2020, com vencimento em 31 de dezembro de 2022, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em dez parcelas até 28 de abril de 2022; (vii) 04 de janeiro de 2021, com vencimento em 31 de dezembro de 2024, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em doze parcelas até 28 de dezembro de 2022; e (viii) 02 de janeiro de 2022, com vencimento em 31 de dezembro de 2023, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em uma parcela em 28 de dezembro de 2022.

- (c) O saldo a pagar para a SPE Nascenti decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as sociedades, suportadas por contratos de mútuos celebrados entre as partes relacionadas, celebrados em: (i) 02 de janeiro de 2017, com vencimento em 30 de dezembro de 2018, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em dezenove parcelas até 30 de novembro de 2018; (ii) 02 de janeiro de 2018, com vencimento inicialmente em 30 de dezembro de 2021, aditado nessa mesma data para um novo vencimento, que passou a ser 30 de outubro de 2023, sem juros e sem incidência de IOF, parcialmente quitado em quarenta e duas parcelas até 31 de dezembro de 2022; (iii) 02 de janeiro de 2019, com vencimento em 30 de junho de 2020, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em duas parcelas até 30 de março de 2019; (iv) 02 de janeiro de 2020, com vencimento em 30 de dezembro de 2020, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em duas parcelas até 29 de fevereiro de 2020; e (v) 02 de janeiro de 2022, com vencimento até 30 de dezembro de 2023, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em três parcelas até 03 de outubro de 2022.

A movimentação de operações com partes relacionadas em cada exercício foi a seguinte:

Ativo:

Controladora	Netcom	SPE Confrapar	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2020	46.933	-	46.933
Perdas de recebíveis	(46.933)	-	(46.933)
Saldo de 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Contratos de mútuo	-	127.502	127.502
Saldo de 31 de dezembro de 2022	-	127.502	127.502

Consolidado	Netcom	Rodrigo Esteves	Thiago Domenici	Carlos Eduardo Guillaume	Alex Silva	Luísa Pinto Coelho	Outros	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2020	46.933	349	118	118	35	-	333	47.886
Pagamentos recebidos de contratos de mútuo	-	-	-	-	(35)	-	-	(35)
Recursos recebidos em contrato de mútuo	-	14	14	14	14	-	60	116
Perdas de recebíveis	(46.933)	-	-	-	-	-	-	(46.933)
Saldo de 31 de dezembro de 2021	-	363	132	132	14	-	393	1.034
Pagamentos recebidos de contratos de mútuo	-	(85)	-	-	-	-	-	(85)
Recursos recebidos em contrato de mútuo	-	61.214	366.338	371.179	-	126.729	-	925.460
Saldo de 31 de dezembro de 2022	-	61.492	366.470	371.311	14	126.729	393	926.409

Passivo:

Controladora	SPE Confrapar	SPE Nascenti	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2020	1.165.470	340.627	1.506.097
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(724.568)	(240.079)	(964.647)
Recursos recebidos em contrato de mútuo	1.129.510	-	1.129.510
Saldo de 31 de dezembro de 2021	1.570.412	100.548	1.670.960
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(1.571.998)	(41.000)	(1.612.998)
Recursos recebidos em contrato de mútuo	1.586	20.000	21.586
Saldo de 31 de dezembro de 2022	-	79.548	79.548

Consolidado	Ronaldo Souza Bahia	Damasceno	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2020	9.000	6.000	15.000
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(9.000)	-	(9.000)
Saldo de 31 de dezembro de 2021	-	6.000	6.000
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	-	(6.000)	(6.000)
Saldo de 31 de dezembro de 2022	-	-	-

8. Outros ativos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Seguros a apropriar	11.945	37.122	22.961	61.525
Outros	-	-	-	450
Total	11.945	37.122	22.961	61.975

9. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundo Aerotec	5.106.965	6.319.105	5.106.965	6.319.105
FIP GP I	4.447.407	3.693.527	4.447.407	3.693.527
Fundo Avanti	3.306.992	2.111.932	3.306.992	2.111.932
Fundo Horizonti	-	13.913	-	13.913
Fundo Nascenti	-	-	503.248	559.091
Total	12.861.364	12.138.477	13.364.612	12.697.568

Controladora	Fundo Aerotec	Fundo GP	Fundo Avanti	Fundo Horizonti	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2020	6.034.034	5.215.101	904.640	507.674	12.661.449
Aquisição de investimentos	122.990	118.725	707.341	-	949.056
Baixa por desvalorização das cotas	(229.693)	(1.016.485)	(1.266)	(493.761)	(1.741.205)
Rentabilidade e valorização das cotas	358.168	850.386	501.217	-	1.709.771
Cessão de cotas dos fundos	-	(2.765.150)	-	-	(2.765.150)
Amortização de cotas de Fundo de Investimento	33.606	-	-	-	33.606
Ganho de capital	-	1.290.950	-	-	1.290.950
Saldo de 31 de dezembro de 2021	6.319.105	3.693.527	2.111.932	13.913	12.138.477
Aquisição de investimentos	182.998	385.957	-	-	568.955
Baixa por desvalorização das cotas	(1.396.573)	(579.420)	(32.326)	(397)	(2.008.716)
Rentabilidade e valorização das cotas	1.435	1.239.117	1.227.386	-	2.467.938
Cessão de cotas dos fundos	-	(98.818)	-	-	(98.818)
Amortização de cotas de Fundo de Investimento	-	(226.456)	-	(13.516)	(239.972)
Ganho de capital	-	33.500	-	-	33.500
Saldo de 31 de dezembro de 2022	5.106.965	4.447.407	3.306.992	-	12.861.364

Consolidado	Fundo Aerotec	Fundo GP	Fundo Avanti	Fundo Horizonti	Fundo Nascenti	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2020	6.034.034	5.215.101	904.640	507.674	694.805	13.356.254
Aquisição de investimentos	122.990	118.725	707.341	-	86.200	1.035.256
Baixa por desvalorização das cotas	(229.693)	(1.016.485)	(1.266)	(493.761)	(222.390)	(1.963.595)
Rentabilidade e valorização das cotas	358.168	850.386	501.217	-	476	1.710.247
Cessão de cotas dos fundos	-	(2.765.150)	-	-	-	(2.765.150)
Amortização de cotas de Fundo de Investimento	33.606	-	-	-	-	33.606
Ganho de capital	-	1.290.950	-	-	-	1.290.950
Saldo de 31 de dezembro de 2021	6.319.105	3.693.527	2.111.932	13.913	559.091	12.697.568
Aquisição de investimentos	182.998	385.957	-	-	59.288	628.243
Baixa por desvalorização das cotas	(1.396.573)	(579.420)	(32.326)	(397)	(115.275)	(2.123.991)
Rentabilidade e valorização das cotas	1.435	1.239.117	1.227.386	-	144	2.468.082
Cessão de cotas dos fundos	-	(98.818)	-	-	-	(98.818)
Amortização de cotas de Fundo de Investimento	-	(226.456)	-	(13.516)	-	(239.972)
Ganho de capital	-	33.500	-	-	-	33.500
Saldo de 31 de dezembro de 2022	5.106.965	4.447.407	3.306.992	-	503.248	13.364.612

As datas dos laudos do valor justo dos fundos, preparados por terceiros, no caso do Fundo Avanti, e pelos Administradores da própria Companhia, no caso dos demais fundos, foram as seguintes:

- a) **Fundo Aerotec:** Laudo de valor justo com data-base 30 de setembro de 2022;
- b) **FIP GP I:** Laudo do Fundo Aerotec com data-base 30 de setembro de 2022, laudo do Fundo Avanti com data-base 28 de julho de 2022 e laudo dos demais ativos de 30 de novembro de 2022;
- c) **Fundo Avanti:** Laudo de valor justo com data-base 28 de julho de 2022; e
- d) **Fundo Nascenti:** Laudo de valor justo com data-base 29 de novembro de 2022.

O modelo de análise do valor justo dos fundos foi com base no fluxo de caixa descontado. A Companhia e suas controladas entendem que os valores justos dos fundos refletem a expectativa de recuperação destes ativos e nenhum ajuste por redução ao valor recuperável foi requerido para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

As datas bases das últimas demonstrações contábeis auditadas dos fundos são as seguintes:

Fundo	Data-base da auditoria	Auditado por:
Fundo Aerotec	31/12/2022	Grant Thornton Auditores Independentes
FIP GP I	31/12/2022	Crowe Macro Auditoria e Consultoria
Fundo Avanti	31/07/2022	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Fundo Nascenti	31/12/2022	Crowe Macro Auditoria e Consultoria

10. Investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo:				
Participações no Grupo Confrapar				
SPE Nascenti	472.167	430.209	-	-
SPE Confrapar	162.666	742.156	-	-
Via 6	1.256	-	1.256	-
Total	636.089	1.172.365	1.256	-
Outros investimentos				
Banco Sicoob	53.656	18.023	70.725	30.157
Total	689.745	1.190.388	71.981	30.157

Descrição	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo:		
Via 6	-	14.642
Total	-	14.642

A movimentação dos investimentos em cada exercício foi a seguinte:

Controladora	SPE Nascenti	SPE Confrapar	SPE Sicoob	Invest. Via 6	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2020	638.549	162.953	11.821	(4.128)	809.195
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.410.555	-	-	2.410.555
Perdas com os investimentos	(208.340)	-	-	(10.514)	(218.854)
Integralização de capital	-	-	6.202	-	6.202
Dividendos a receber	-	(1.831.352)	-	-	(1.831.352)
Saldo de 31 de dezembro de 2021	430.209	742.156	18.023	(14.642)	1.175.746
Resultado de equivalência patrimonial	41.958	(94.639)	-	15.899	(36.782)
Perdas com os investimentos	-	(484.852)	-	-	(484.852)
Integralização de capital	-	-	35.633	-	35.633
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Saldo de 31 de dezembro de 2022	472.167	162.665	53.656	1.257	689.745

Consolidado	Sicoob	Via 6	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2020	22.503	-	22.503
Integralização de capital	7.654	-	7.654
Saldo de 31 de dezembro de 2021	30.157	-	30.157
Rendimento Cota	40.568	-	40.568
Investimento	-	1.256	1.256
Saldo de 31 de dezembro de 2022	70.725	1.256	71.981

11. Imobilizado

O imobilizado da Companhia e suas controladas é destinado ao uso administrativo e mensurado pelo custo de aquisição, estando apresentado a valores recuperáveis. Este ativo é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia e suas controladas.

A movimentação do imobilizado para os saldos na Controladora e no Consolidado em cada exercício foi a seguinte:

Controladora	31/12/2020	Adições	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo	197.311	-	197.311	18.409	215.720
Móveis e utensílios	95.480	-	95.480	-	95.480
Equipamentos de informática	97.444	-	97.444	18.409	115.853
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.387	-	4.387	-	4.387
Depreciação	(107.854)	(23.290)	(131.144)	(17.639)	(148.783)
Móveis e utensílios	(36.811)	(9.548)	(46.359)	(9.548)	(55.907)
Equipamentos de informática	(70.436)	(13.567)	(84.003)	(7.915)	(91.918)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(607)	(175)	(782)	(176)	(958)
Total	89.457	(23.290)	66.167	770	66.937

Consolidado	31/12/2020	Adições	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo	324.404	5.091	329.495	18.409	(19.860)	328.044
Móveis e utensílios	126.839	-	126.839	-	(7.690)	119.149
Equipamentos de informática	193.178	5.091	198.269	18.409	(12.170)	204.508
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.387	-	4.387	-	-	4.387
Depreciação	(212.536)	(30.725)	(243.261)	(17.846)	-	(261.107)
Móveis e utensílios	(67.571)	(9.942)	(77.513)	(9.755)	-	(87.268)
Equipamentos de informática	(144.358)	(20.608)	(164.966)	(7.915)	-	(172.881)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(607)	(175)	(782)	(176)	-	(958)
Total	111.868	(25.634)	86.234	563	(19.860)	66.937

12. Empréstimos

Todos os financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas foram realizados para suportar o capital de giro e/ou com o objetivo de quitação de linhas anteriormente contratadas com as mesmas finalidades, as quais tinham custo efetivo total maior, resultando numa redução do custo da dívida, com exceção da letra (e), Capital de Giro PESE.

A linha de Capital de Giro PESE foi obtida nos termos da Medida Provisória nº. 944/2020, que criou o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Por meio deste programa, foram abertas linhas de crédito especiais com o objetivo exclusivo de financiar até dois meses da folha salarial das empresas em geral (exceto sociedades de crédito) e as cooperativas.

Todos contam com aval dos diretores e cônjuges, conforme aplicável. Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas restritivas ("covenants").

Descrição dos empréstimos da controladora:

a) Banco Sicoob:

Em 09/08/2019 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 300.000 para ser quitado em 48 parcelas e juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Em virtude da pandemia de Covid-19, a Companhia renegociou o pagamento das parcelas 8, 9 e 10 deste empréstimo, postergando o pagamento dos juros em 3 meses. Até 31 de dezembro 2022 foram quitadas 40 parcelas, restando 8 parcelas a vencer mensalmente até 25 de agosto de 2023.

Em 15 de junho de 2020 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 300.000 para ser quitado em 36 parcelas e juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Até 31 de dezembro de 2022 foram quitadas 27 parcelas, restando 9 parcelas a vencer mensalmente até 20 de setembro de 2023.

Em 27 de agosto de 2021 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 200.000 para ser quitado em 36 parcelas e juros mensais de 0,79% a.m. e índice de correção pelo CDI, com carência até janeiro/2022 para início do pagamento. Em 31 de dezembro de 2022, restavam 24 parcelas a vencer mensalmente até 10 de dezembro de 2024.

b) Banco Bradesco:

Em 09 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Bradesco no valor de R\$ 430.000 para ser quitado em 45 parcelas e juros mensais de 1,44% a.m. Até 31 de dezembro de 2022 foram quitadas 22 parcelas, restando 23 parcelas a vencer mensalmente até 15 de novembro de 2024.

c) Capital de Giro Ulend:

Em 26 de agosto de 2020, a Companhia adquiriu empréstimo perante a Ulend Gestão Financeira Ltda. no valor de R\$ 160.000 para ser quitado em 24 parcelas e juros mensais de 1,65% a.m. Em 29 de janeiro de 2021, foi feita a quitação total de forma antecipada.

Em 25 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu empréstimo perante a Ulend Gestão Financeira Ltda. no valor de R\$ 120.055 para ser quitado em 24 parcelas e juros mensais de 1,60% a.m. Em 20 de julho de 2021, foi feita a quitação total de forma antecipada, através de um novo empréstimo, descrito a seguir.

Em 20 de julho de 2021, a Companhia adquiriu empréstimo perante a Ulend Gestão Financeira Ltda. no valor de R\$ 220.000 para ser quitado em 24 parcelas e juros mensais de 1,43% a.m. Até 31 de dezembro de 2022, foram pagas 17 parcelas, restando 7 parcelas a vencer mensalmente até 20 de julho de 2023.

d) Capital de Giro Money:

Em 28 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu empréstimo perante a Money Plus Sociedade de Crédito Ltda. no valor de R\$ 160.000 para ser quitado em 24 parcelas e juros mensais de 1,40% a.m. Em 25 de outubro de 2022, a última parcela foi quitada.

e) Capital de Giro PESE:

Em 05 de junho de 2020, a Companhia adquiriu empréstimo perante o Banco Sicoob, mediante repasse realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pelo credor, no valor de R\$ 10.364 para ser quitado em 30 parcelas, com 6 meses de carência para início de amortização, e juros mensais de 0,30% a.m. Até 31 de dezembro de 2022, foram quitadas 24 parcelas, restando 6 parcelas a vencer mensalmente até 05 de junho de 2023.

Descrição dos empréstimos do consolidado:

f) Banco Sicoob:

Em 30 de abril de 2021, a SPE Confrapar adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 300.000 para ser quitado em 48 parcelas, com juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Até 31 de dezembro de 2021, foram pagas 18 parcelas, restando 30 parcelas a serem quitadas.

g) Banco Bradesco:

Em 26 de janeiro de 2021, a SPE Confrapar adquiriu empréstimo no Banco Bradesco no valor de R\$ 410.604 para ser quitado em 45 parcelas, com juros mensais de 1,0755000% a.m. Até 31 de dezembro de 2022 foram pagas e antecipadas 21 parcelas, restando 24 parcelas a serem quitadas.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	432.385	548.520	614.847	771.964
Não circulante	194.009	622.911	471.441	1.023.015
Total	626.394	1.171.431	1.086.288	1.794.979

A movimentação dos empréstimos em cada exercício foi a seguinte:

Controladora	R\$
Saldo de 31 de dezembro de 2020	1.649.932
Captação	758.974
Amortização	(1.244.026)
Juros	6.551
Saldo de 31 de dezembro de 2021	1.171.431
Captação	-
Amortização	(1.122.285)
Juros	577.248
Saldo de 31 de dezembro de 2022	626.394

Consolidado	R\$
Saldo de 31 de dezembro de 2020	1.816.598
Captação	1.561.291
Amortização	(1.578.607)
Juros	(4.303)
Saldo de 31 de dezembro de 2021	1.794.979
Captação	-
Amortização	(1.388.118)
Juros	679.427
Saldo de 31 de dezembro de 2022	1.086.288

13. Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bônus a pagar	114.837	296.850	114.837	296.850
Salários a pagar	6.134	16.951	6.134	54.792
Provisão de férias	29.766	28.563	29.766	101.222
INSS a recolher	7.819	13.341	8.946	23.483
FGTS a recolher	1.812	1.686	1.812	8.162
Pró-labore a pagar	2.483	10.193	5.719	41.235
Outras obrigações trabalhistas	5.345	7.971	5.345	30.763
Total	168.196	375.555	172.559	556.507

14. Obrigações fiscais e tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributos a recolher				
ISS a recolher	234.624	267.581	234.624	274.548
IRPJ e CSLL	133.767	133.767	133.783	133.792
Cofins a recolher	7.710	120	7.710	1.591
PIS a recolher	1.668	4	1.668	322
IRRF a recolher	2.791	2.084	2.791	15.409
Outros tributos a recolher	806	790	806	1.039
Total dos tributos a recolher	381.366	404.346	381.382	426.701
Parcelamentos tributários				
ISS (a)	112.586	181.693	178.003	289.494
ISS Rio	113.727	-	146.651	32.494
IRRF (b)	4.783	78.018	34.088	116.509
INSS (c)	-	107.814	-	130.647
Cofins 5856 (d)	88.100	243.477	88.100	243.477
Parcelamento PIS, Cofins, IRPJ e CSLL PGFN (e)	-	-	20.544	31.257
PIS	8.882	44.637	8.882	44.637
IRPJ RF (f)	-	-	22.471	30.898
RF DA	-	-	-	1.052
PGFN DA	92.458	131.519	304.110	449.072
Cofins RF	-	-	-	4.386
CSLL	-	-	2.722	9.256
PERT previdenciário	-	-	102.577	152.061
INSS consolidado	32.764	51.022	32.764	51.022
PGFN jul/20 (g)	225.267	292.229	225.267	292.229
PGFN fev/20 (h)	77.826	123.706	77.826	123.706
PGFN nov/20 (i)	21.379	30.519	21.379	30.519
Juros a apropriar parcelamento IRPJ	-	-	26.863	36.532
Juros a apropriar parcelamento CSLL	-	-	12.637	8.158
Outros parcelamentos	-	-	11.831	32.356
Total dos parcelamentos tributários	777.772	1.284.634	1.316.715	2.109.762
Total – tributos a recolher e parcelamentos tributários	1.159.138	1.688.980	1.698.097	2.536.463

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	704.636	998.491	885.772	1.390.012
Não circulante	454.502	690.489	812.325	1.146.451

- (a) Parcelamento de ISS do exercício de 2019 a 2021, com expectativa de amortização total em 11/2028.
- (b) Neste saldo existem 2 parcelamentos de IRRF:
- i) Parcelamento IRRF assinado em 27 de fevereiro de 2018, dividido em 60 parcelas, sendo 47 parcelas quitadas, restando 13 em aberto em 31 de dezembro de 2022; e
 - ii) Parcelamento IRRF assinado em 17 de dezembro de 2018, dividido em 44 parcelas, sendo 37 parcelas quitadas, restando 7 em aberto em 31 de dezembro de 2022.
- (c) Parcelamento Ordinário INSS assinado em 27 de fevereiro de 2018, dividido em 60 parcelas, sendo 59 parcelas quitadas, restando 1 parcela em aberto em 31 de dezembro de 2022.
- (d) Neste saldo existem 4 parcelamentos de Cofins:
- i) Parcelamento Cofins assinado em 27 de fevereiro de 2018, dividido em 60 parcelas, sendo 59 parcelas quitadas, restando 1 parcela em aberto em 31 de dezembro de 2022;
 - ii) Parcelamento Cofins assinado em 27 de novembro de 2018, dividido em 60 parcelas, sendo 50 parcelas quitadas, restando 10 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2022;
 - iii) Parcelamento Cofins assinado em 17 de dezembro de 2018, dividido em 60 parcelas, sendo 49 parcelas quitadas, restando 11 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2022; e
 - iv) Parcelamentos Cofins assinado em 08 de maio de 2019, dividido em 60 parcelas, sendo 44 parcelas quitadas, restando 16 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2022.
- (e) Neste saldo existem 3 parcelamentos de PIS:
- i) Parcelamento PIS assinado em 27 de fevereiro de 2018, dividido em 60 parcelas, sendo 59 parcelas quitadas, restando 1 parcela em aberto em 31 de dezembro de 2022;
 - ii) Parcelamento PIS assinado em 27 de novembro de 2018, dividido em 60 parcelas, sendo 50 parcelas quitadas, restando 10 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2022; e
 - iii) Parcelamento PIS assinado em 17 de dezembro de 2018, dividido em 51 parcelas, sendo que 49 parcelas quitadas, restando 2 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2022.
- (f) Parcelamento PGFN assinado em 19 de dezembro de 2019, dividido em 60 parcelas, sendo que 37 parcelas quitadas, restando 23 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2022.
- (g) Parcelamento PGFN assinado em 30 de julho de 2020, dividido em 84 parcelas, sendo 30 parcelas quitadas, restando 54 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2022.
- (h) Parcelamento PGFN assinado em 17 de fevereiro de 2020, dividido em 60 parcelas, sendo 35 parcelas quitadas, restando 25 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2022.
- (i) Parcelamento PGFN assinado em 19 de novembro de 2020, dividido em 60 parcelas, sendo que 25 parcelas quitadas, restando 35 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2022.

15. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures a pagar (a)	3.000.907	307.251	3.000.907	307.251
Total	3.000.907	307.251	3.000.907	307.251

- (a) A assembleia geral de acionistas realizada em 27/11/2021 aprovou a emissão de debêntures pela Companhia com as seguintes principais características e condições:
- i) Valor total da emissão: até R\$ 3.600.000 (Art. 59, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações);
 - ii) Valor nominal e quantidade: até 5.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 720 (Arts. 54 e 59, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações);
 - iii) Séries: série única (Art. 53 da Lei das Sociedades por Ações);
 - iv) Colocação: serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições financeiras (Art. 59, inciso VIII e Art. 61 da Lei das Sociedades por Ações);
 - v) Direito de preferência: o direito de preferência dos acionistas será observado e respeitado, incluindo as sobras (Art. 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações e Art. 6º do Estatuto Social da Companhia);
 - vi) Conversibilidade e resgate: serão conversíveis até o valor do principal, a critério do subscritor e a qualquer tempo, em ações ordinárias da Companhia, ao preço de R\$ 45 por ação no primeiro ano contado da data da emissão (um desconto de aprox. 25% sobre o último preço de emissão), e ao preço de R\$ 48 por ação a partir do segundo ano contado da data da emissão (um desconto de aprox. 20% sobre o último preço de emissão). A Companhia poderá amortizar ou resgatar as debêntures a qualquer tempo (Arts. 55, 57 e 59, incisos V e VI, da Lei das Sociedades por Ações);
 - vii) Espécie: espécie quirografária e forma nominativa (Arts. 58, 59, inciso VIII, e 63 da Lei das Sociedades por Ações);
 - viii) Remuneração: juros de 15% ao ano, pro rata die entre a data da integralização e a data do pagamento em evento de resgate ou amortização ou vencimento, a serem pagos até a data do vencimento (Art. 59, inciso VII da Lei das Sociedades por Ações); e
 - ix) Vencimento: 48 meses contados da data de emissão (Art. 59, inciso VI da Lei das Sociedades por Ações).

A assembleia geral de acionistas realizada em 05/09/2022 aprovou uma extensão da emissão de debêntures aprovada em 27/11/2021, mediante a emissão de mais 3.473 debêntures com o mesmo valor unitário de R\$ 720. Essa extensão tem as mesmas características das debêntures previamente aprovadas, aumentando o valor total aprovado em R\$ 2.500.560, totalizando R\$ 6.100.560.

Até 31/12/2022, haviam sido integralizadas 5.896 debêntures, ao valor nominal de R\$ 720 cada, totalizando uma integralização de R\$ 4.245.120 (R\$ 306.880 em 31/12/2021). Também até 31/12/2022, as debêntures integralizadas acumularam uma remuneração a pagar de R\$ 401.752.

Por fim, houve a conversão, mediante solicitação dos respectivos debenturistas conforme faculta a escritura de emissão das debêntures, do equivalente a R\$ 1.645.965 em ações ordinárias de emissão da Confrapar pelo valor de R\$ 45 cada.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social subscrito e a integralizar

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito é de R\$ 16.591.754 (dezesesseis milhões, quinhentos e noventa e um mil, setecentos e cinquenta e quatro reais) (R\$ 14.737.237 em 2021), sendo R\$ 748.433 (setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e três reais) (R\$ 747.026 em 2021) a integralizar e o restante já integralizado. O capital social está representado por 687.561 (seiscentas e oitenta e sete mil, quinhentas e sessenta e uma) ações (646.845 em 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Pagamento baseado em ações (*stock options*)

A contabilização das opções de compra de ações no patrimônio líquido levou em consideração os planos: Monte Verde, Riviera, São Paulo, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Em 2022, a Companhia não teve um novo plano de opção de subscrição de ações.

As opções distribuídas pela Companhia possuem modalidades com variação no período do *vesting*, sendo existentes opções 100% (cem por cento) vestidas no mesmo ano de término do plano e opções com *vesting* fracionado, sendo 25% (vinte e cinco por cento) ao término do plano, 25% (vinte e cinco por cento) após um ano do término, 25% (vinte e cinco por cento) após dois anos do término e 25% (vinte e cinco por cento) após três anos do término.

O valor justo das opções foi calculado pelo método Black-Scholes com base: **(i)** na taxa SELIC, **(ii)** na volatilidade do preço da ação, que não é constante (para o cálculo da volatilidade foi considerado que, caso não haja nenhuma transação no dia da opção, o valor será igual ao da última transação), **(iii)** preço da ação (o preço da ação não é contínuo apresentando variações abruptas, como verifica-se nas poucas transações existentes e em função da pouca liquidez dessas ações), **(iv)** tempo para expirar a opção, **(v)** o preço de exercício e **(vi)** a índice de diluição esperado ao exercer as opções.

Os planos de subscrição de ações da Companhia permitiram que seus acionistas que contribuíram ativamente na Companhia recebessem, em contrapartida, instrumentos patrimoniais (opções de compra de ações) da Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. A Companhia reconheceu os custos de subscrição pelo método linear durante o período requerido (*vesting period*), compreendido entre a data de outorga até a data em que o colaborador adquire o direito ao exercício da opção, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, na rubrica "Pagamento Baseado em Ações", incluída no "Instrumentos Patrimoniais Outorgados". Os custos de remuneração foram alocados à rubrica "Despesas com *Stock Options*" na demonstração do resultado do exercício.

A tabela a seguir resume as informações das opções de subscrição de ações:

Plano de Stock Options	Período		Preço de Exercício	i Quanti.	P.M.P.E.	ii Quanti.	P.M.P.E.
	De	Até					
Ouro Preto	01/11/2007	30/04/2008	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Monte Verde	01/05/2008	30/04/2009	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Riviera	01/05/2009	30/04/2010	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
São Paulo	01/05/2010	31/12/2010	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75
2011	01/01/2011	31/12/2011	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2012	01/01/2012	31/12/2012	R\$ 20,10	33.448	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2013	01/01/2013	31/12/2013	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2014	01/01/2014	31/12/2014	R\$ 20,10	3.512	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2015	01/01/2015	31/12/2015	R\$ 20,10	5.578	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2016	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 27,02	5.018	R\$ 27,02	0	R\$ 27,02
2017	01/01/2017	31/12/2017	R\$ 29,93	4.330	R\$ 29,93	0	R\$ 29,93
TOTAL				51.886		0	

Plano de Stock Options	iii		iv		iv - a	v	
	Quanti.	P.M.P.E.	Quanti.	P.M.P.E.		Quanti.	P.M.P.E.
Ouro Preto	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Monte Verde	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Riviera	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
São Paulo	0	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75
2011	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2012	0	R\$ 20,10	7.751	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2013	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2014	2.248	R\$ 20,10	1.264	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2015	0	R\$ 20,10	2.881	R\$ 20,10	R\$ 20,10	223	R\$ 20,10
2016	0	R\$ 27,02	742	R\$ 27,02	R\$ 27,02	0	R\$ 27,02
2017	0	R\$ 29,93	0	R\$ 29,93	R\$ 29,93		R\$ 29,93
TOTAL	2.248	R\$ 20,10	12.638			223	

Plano de Stock Options	vi				vii		
	Quanti.	P.M.P.E.	vi - a	vi - b	vi - c	Quanti.	P.M.P.E.
Ouro Preto	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0,00	0	R\$ 0,01
Monte Verde	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0,00	0	R\$ 0,01
Riviera	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0,00	0	R\$ 0,01
São Paulo	0	R\$ 16,75	R\$ 16,75	R\$ 16,75	0,00	0	R\$ 16,75
2011	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	0	R\$ 20,10
2012	25.697	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,50	25.697	R\$ 20,10
2013	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	0	R\$ 20,10
2014	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	0	R\$ 20,10
2015	2.474	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	2.474	R\$ 20,10
2016	4.276	R\$ 27,02	R\$ 27,02	R\$ 27,02	1,00	4.276	R\$ 27,02
2017	4.330	R\$ 29,93	R\$ 29,93	R\$ 29,93	2,00	4.330	R\$ 29,93
TOTAL	36.777				0,70	36.777	

c) Ações em tesouraria

O valor das ações em tesouraria da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 162.010 (cento e sessenta e dois mil e dez reais).

d) Dividendos

De acordo com o estatuto social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis.

e) Ajustes reflexos em controladas

Refere-se a mutações do patrimônio líquido das investidas que não transitaram ou só transitarão futuramente pelo resultado dessas investidas.

17. Receita operacional líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de serviços presados (a)	1.264.588	2.270.207	1.364.588	6.473.488
Serviços no exterior	-	2.161	-	541.239
Impostos sobre serviços:				
ISSQN	(56.909)	(45.404)	(61.759)	(151.908)
PIS	(18.783)	(37.508)	(19.433)	(65.089)
Cofins	(86.514)	(172.536)	(89.514)	(299.830)
Total	1.102.382	2.016.920	1.193.882	6.497.900

(a) A Companhia teve uma redução de receita no exercício de 2022, pois deixou de prestar serviços de gestão de recursos referente ao Fundo Aerotec a partir de 01 de dezembro de 2021.

18. Custos dos serviços prestados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários	(153.145)	(239.725)	(153.145)	(583.732)
Pró-labore	(166.805)	(199.723)	(211.649)	(550.031)
Vale refeição	(278.632)	(283.322)	(278.632)	(400.482)
Serviços de terceiros	(90.000)	(90.000)	(90.000)	(90.000)
Assistência médica	(171.574)	(167.460)	(171.574)	(168.156)
INSS	(85.791)	(122.149)	(94.760)	(276.687)
FGTS	(14.311)	(23.377)	(14.311)	(66.001)
Férias e 13º salário	(27.880)	(56.693)	(27.880)	(158.732)
Viagens	-	(6.325)	-	(6.325)
Rescisão	(1.617)	(17.700)	(1.617)	(24.876)
Materiais de escritório	(12.944)	(14.983)	(12.944)	(14.983)
Transporte	-	(2.435)	-	(2.435)
Lanches e refeições	-	(2.436)	-	(2.436)
Comissões	-	-	-	(84.166)
Outros custos	(85.522)	(362.461)	(85.522)	(407.988)
Total	(1.088.221)	(1.588.789)	(1.142.034)	(2.837.030)

19. Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com consultoria	(534.476)	(442.591)	(534.476)	(463.819)
Despesas de viagens	(152.381)	(88.129)	(152.381)	(88.129)
Aluguel e condomínio	(142.414)	(153.924)	(142.414)	(153.924)
Perdas diversas	(11.893)	(52.661)	(12.292)	(52.661)
Seguros	(31.641)	(30.305)	(37.148)	(40.915)
Serviços contábeis	(53.750)	(51.760)	(53.750)	(57.558)
Telefone e internet	(30.055)	(40.664)	(31.456)	(46.509)
Publicidade e propaganda	-	(3.400)	-	(4.690)
Taxa de expediente	(31.778)	(47.990)	(49.526)	(58.268)
Honorários advocatícios	(23.000)	(43.990)	(23.000)	(43.990)
Depreciação e amortização	(17.639)	(23.290)	(17.846)	(30.725)
Materiais de escritório	(14.989)	(12.271)	(14.989)	(12.271)
Honorários de auditoria	(60.430)	(34.006)	(69.133)	(44.038)
Taxas associativas	(43.051)	(21.818)	(43.051)	(21.818)
Outros serviços prestados	(25.854)	(27.278)	(29.751)	(156.978)
Software	(27.207)	(13.273)	(27.207)	(175.916)
Confraternização	(8.409)	(2.605)	(8.409)	(2.605)
Energia elétrica	(4.415)	(5.026)	(4.415)	(5.026)
Lanches e refeições	-	-	-	(27)
Comunicação de dados	-	-	-	(503.852)
Serviços de marketing	-	-	-	(99.868)
Outras despesas gerais e administrativas	(100.302)	(163.211)	(100.437)	(179.594)
Total	(1.313.684)	(1.258.192)	(1.351.681)	(2.243.181)

20. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ganho de capital	77.000	1.316.090	77.000	1.316.090
Recuperação de despesas	21.772	37.533	67.856	127.828
Receita de dividendos Sicoob	35.273	5.842	39.849	6.936
Alienação de cotas de fundo de investimento	28.511	261.284	177.117	292.905
Outras receitas operacionais	17.587	2.557	17.586	591.024
Despesas indedutíveis	(15.909)	(30.307)	(15.909)	(30.307)
Dividendos não recebidos (perdas) – não controladores	(484.852)	(1.831.352)	(484.852)	-
Perdas não operacionais	-	-	-	(12.245)
Total	320.618	(238.353)	121.353	2.292.231

21. Resultado líquido dos investimentos

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Perdas com investimentos		
SPE Nascenti	-	(208.340)
Via 6	-	(10.514)
Total	-	(218.854)

22. Resultado líquido dos títulos e valores mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos				
Fundo Aerotec	1.435	358.168	1.435	358.168
Fundo Avanti	1.227.386	501.217	1.227.387	501.217
Fundo Confrapar GP	1.239.118	850.386	1.239.117	850.386
Fundo Nascenti	-	-	144	476
Ajuste ao valor justo				
Fundo Horizonti	(397)	(493.761)	(397)	(493.761)
Fundo Aerotec	(1.396.573)	(191.623)	(1.396.573)	(191.623)
Fundo Avanti	(32.326)	(1.266)	(32.326)	(1.266)
Fundo Confrapar GP	(568.740)	-	(568.740)	(222.390)
Fundo Confrapar GP II	(10.680)	(3.535)	(10.680)	(3.535)
Fundo Nascenti	-	(1.012.950)	(115.276)	(1.012.950)
Total	459.223	6.636	344.091	(215.278)

23. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	175.268	72.712	186.115	79.527
Variação cambial ativa	561	7.501	561	20.973
Outras receitas financeiras	80	21.205	80	41.633
Total	175.909	101.418	186.756	142.133
Despesas financeiras				
Juros de tributos em atraso	(118.279)	(168.538)	(146.617)	(256.496)
Juros de empréstimos	(577.248)	(202.267)	(679.427)	(294.656)
Juros e multas	(28.518)	(1.092.048)	(28.518)	(1.093.570)
Tarifas bancárias	(10.151)	(11.989)	(13.937)	(30.805)
Variação cambial passiva	(2.614)	(3.854)	(2.614)	(54.069)
IOF	-	-	-	(2.473)
Total	(736.810)	(1.478.696)	(871.113)	(1.732.069)
Resultado financeiro líquido	(560.901)	(1.377.278)	(684.357)	(1.589.936)

24. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro tributável		
Receitas	3.792.680	7.760.552
Despesas	(5.565.918)	(8.212.001)
Adições		
Perdas com investimentos	2.493.567	3.753.341
Despesas dedutíveis	15.909	30.307
Exclusões		
Ganhos com investimentos	36.782	(2.410.555)
Ganhos com títulos e valores mobiliários	(2.467.939)	(1.709.771)
Base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL	(1.694.919)	(788.127)
IRPJ e CSLL	-	-

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro tributável		
Receitas	6.279.941	10.542.930
Despesas	(7.191.390)	(8.780.357)
Adições		
Perdas com investimentos	2.493.567	1.925.525
Despesas dedutíveis	292.922	42.552
Exclusões		
Ganhos com investimentos	32.461	-
Ganhos com títulos e valores mobiliários	(4.206.751)	(1.925.525)
Base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL	(2.299.250)	1.805.125
IRPJ e CSLL	(10.400)	(251.912)

25. Provisão para riscos contingentes e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas não possuem ações judiciais em andamento, nelas figurando no polo ativo ou passivo.

A movimentação dos saldos de depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

Consolidado

Saldo de 31 de dezembro de 2020	14.497
Depósito (reversão)	-
Saldo de 31 de dezembro de 2021	14.497
Depósito (reversão)	4.855
Saldo de 31 de dezembro de 2022	19.352

Refere-se a bloqueio judicial (BacenJud) instruído pela Comissão de Valores Mobiliários referente a atraso de envio de declarações requeridas ao referido órgão regulador dos anos de 2012 e 2013, o que consequentemente gerou multa por atraso.

A administração da Companhia vem estudando a possibilidade de reaver os recursos bloqueados, mediante processo administrativo.

26. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e suas controladas a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A administração busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

A tesouraria da Companhia e suas controladas identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros.

a) Risco de mercado

i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras. A exposição das taxas de juros está sumariada na nota de empréstimos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. Decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes. Para os clientes, a área financeira avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

27. Eventos subsequentes

A administração da Companhia e suas controladas avaliam anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

* * *

Luísa Pinto Coelho Gonçalves de Souza

RG MG 11.595.014/SSP-MG

CPF 087.427.926-73

Diretora

Ronaldo Rodrigues Tomaz

CRC: 088339

CPF: 045.034.826-10

Contador